

UM OLHAR PARA O ALTO: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTUDO COM A TIPOLOGIA VERTICAL DA MODERNIDADE

A LOOK UP:

A STUDY EXPERIENCE WITH THE VERTICAL TYPOLOGY OF MODERNITY

UNA MIRADA AL ALTO:

UNA EXPERIENCIA DE ESTUDIO CON LA TIPOLOGÍA VERTICAL DE LA MODERNIDAD

JALES, LUCAS

Arquiteto e Urbanista | Mestrando pela UFPB, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Email: lucas.jales@academico.ufpb.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo propor reflexões acerca da visibilidade da tipologia do edifício vertical de uso misto, em específico sobre os exemplares construídos durante o período da modernidade arquitetônica, no âmbito da pesquisa acadêmica. Para atingir esse propósito, fundamenta-se na experiência adquirida durante o trabalho de conclusão de curso sobre o Edifício Lucas, desenvolvido no contexto do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande. A justificativa para esta abordagem reflexiva reside no reconhecimento ainda incipiente desses edifícios como patrimônio de valor relevante. Do ponto de vista metodológico, o trabalho prosseguiu com a análise das dimensões arquitetônicas, considerando tanto o contexto histórico do objeto quanto sua tipologia. Conclui-se que tais edificações apresentam elementos projetuais significativos e de impacto urbanístico relevante, contribuindo assim para as atuais discussões sobre a revalorização dos centros urbanos brasileiros, mas que enfrentam desafios consideráveis em termos de conservação nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Moderna; Patrimônio Moderno; Verticalização; Edifício vertical de uso misto.

ABSTRACT

The present article aims to propose reflections on the visibility of the mixed-use vertical building typology, specifically focusing on the specimens constructed during the period of architectural modernity within the academic research field. To achieve this goal, it draws upon the study experience gained during the undergraduate thesis on the Lucas Building, conducted in the context of the architecture and urbanism course at the Federal University of Campina Grande. The rationale for this reflective approach lies in the still nascent recognition of these buildings as valuable heritage. Methodologically, the work proceeded through the analysis of architectural dimensions, considering both the historical context of the object and its typology. It is concluded that such buildings have significant design elements and urbanistic impact, essential for current discussions on the revitalization of Brazilian urban centers, but they face challenging conservation issues in the present.

KEYWORDS: Modern architecture; Modern Heritage; Verticalization; Vertical mixed-use building.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo proponer reflexiones sobre la visibilidad de la tipología del edificio vertical de uso mixto, centrándose específicamente en los ejemplares construidos durante el período de la modernidad arquitectónica en el ámbito de la investigación académica. Para ello, se basa en la experiencia de estudio obtenida durante el trabajo de fin de carrera sobre el Edifício Lucas, realizado en el contexto del curso de arquitectura y urbanismo de la Universidad Federal de Campina Grande, justificando el enfoque reflexivo actual debido al reconocimiento incipiente de estos edificios como bienes de valor patrimonial. Metodológicamente, el trabajo se desarrolló a partir del análisis de las dimensiones arquitectónicas, considerando tanto el contexto histórico del objeto como su tipología. Se concluye que dichas edificaciones tienen elementos proyectuales importantes y un impacto urbanístico esencial para las actuales discusiones sobre la revalorización de los centros urbanos brasileños, pero que enfrentan difíciles cuestiones de conservación en la actualidad.

PALABRAS CLAVE: Arquitectura moderna; Patrimonio Moderno; verticalización; Edifício vertical de uso mixto.

INTRODUÇÃO

A gênese do edifício em altura tem início nas grandes cidades americanas, com destaque para Chicago na segunda metade do Século XIX, em sua escola homônima a partir de arquitetos como Daniel Burnham e Louis Sullivan. Benévolo (2001) afirma que essa nova forma de construir segue a lógica da indústria, com repetição e multiplicação semelhantes a uma linha de montagem nos pavimentos tipos, atendendo aos anseios dessa nova sociedade industrial. Na esteira desse desenvolvimento tecnológico, o elevador também veio como uma invenção que consolidou a tipologia do arranha-céu na cidade, revolucionando a circulação vertical e viabilizando edificações cada vez mais altas.

No entanto, Dupré (2013) menciona que a ideia de verticalidade remonta aos tempos antigos, atravessando diversos períodos históricos. A autora exemplifica a partir das grandes pirâmides do Egito, que simbolizavam uma “busca aos céus”, representando o poder dos faraós. Outro período citado é a idade média, onde a partir das catedrais góticas e a competição por qual cidade faria “a mais alta”, esse ideário se fez refletir o poder da igreja, gerando em consequência um certo desenvolvimento construtivo, a exemplo dos arcobotantes, que permitiu quebrar novas barreiras de altura.

Na cidade moderna, destacando-se na paisagem urbana do Brasil e do mundo, a tipologia do edifício vertical se faz presente como parte integrante do repertório construtivo e tecnológico. Nacionalmente a verticalização tem seu prelúdio na década de 1920, de maneira ainda pontual para grandes edifícios, constituindo como exemplos desse período os edifícios A noite (1927) no Rio de Janeiro e o Martinelli (1929) em São Paulo. Passados quase um século dessa produção no Brasil, a tipologia do edifício vertical não foi indiferente aos mais diversos estilos arquitetônicos em sua conformação morfológica, espacial e tipológica, embora buscasse atender como principal objetivo a potencialização de ganho e valorização de terrenos centrais nas cidades.

Figura 1: Edifício A Noite (esq.); Edifício Martinelli (dir.).



Fonte: Leonardo Martins (2020); São Paulo Antiga (2016).

Devido a sua escala edificada, facilmente se observa seus impactos sobre o espaço urbano, principalmente nos aspectos relativos à sua interface com o espaço público rente a sua base, podendo muitas vezes ser um potencializador ou atenuador do movimento e circulação de pessoas em seu entorno. Principal objeto a ser aqui tratado, o edifício vertical de uso misto empreendido no período da modernidade arquitetônica, representou um ideário de desenvolvimento e modernização das tipologias urbanas pelo olhar das classes empresariais e políticas. Foi no período da modernidade arquitetônica que a emergência dessa tipologia se torna mais evidente, na esteira da crescente industrialização e desenvolvimento do capital financeiro nas maiores cidades brasileiras. Nesse contexto, o maciço crescimento da população urbana, com a migração do campo para a cidade se fez sentir na quantidade dessa produção edificada, popularizando desde apartamentos de alto padrão até os do tipo “kitchenet” para aluguel.

Liderando esse crescimento, a cidade de São Paulo tornou-se um caso emblemático da verticalização brasileira, frequentemente servindo como um espelho para o ideal de desenvolvimento para o restante do país. Somekh (1992) coloca que esse fenômeno em São Paulo foi condicionado pela necessidade da moradia próxima aos ambientes de trabalho e serviços, dado o incipiente uso do automóvel particular e as deficiências do transporte público. Gerando um padrão de ocupação bastante denso, esse que seria considerado um primeiro período de verticalização pela autora, foi marcado pelos altos índices de coeficientes de aproveitamento, que chegava a “22 vezes a área do terreno”, levando o poder público a implantar e reestruturar novas vias.

Ainda restrito as suas maiores capitais, a verticalização na Região Nordeste se faz bem evidente na cidade do Recife já nos anos 1920, tendo como exemplo desse período o Hotel Central (1927). Apesar das edificações de menor escala, comparadas ao que surgia na capital paulista e no Rio de Janeiro, capital nacional à época, Recife se colocava como uma importante centralidade na região, abrangendo uma significativa área de influência. Não apenas pelo viés econômico, a mesma se deu na arquitetura a partir da formação de diversos profissionais na antiga Escola de Belas Artes de Pernambuco, atual curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

Segundo Afonso (2008), a partir dos anos 1950 há uma consolidação na produção da arquitetura moderna no Recife, encabeçada por profissionais como Acácio Borsói, Delfim Amorim, Heitor Maia Neto e Mário Russo, com a aplicação de um conjunto de princípios projetuais específicos. A importância dessa escola é ainda mais destacada pelo significativo número de profissionais formados advindos de outros estados, levando e aplicando na prática tais recursos. Havia também um grande intercâmbio com os próprios arquitetos pernambucanos atuando em outros estados, constituindo-se nesse contexto a influência arquitetônica que a chamada Escola do Recife teve sobre a cidade de Campina Grande, como também é demonstrado por Afonso (2022).

Como polo econômico estadual, Campina Grande despontava como importante entreposto comercial e mais tarde industrial, tornando-se por algumas décadas a maior cidade da Paraíba. Esse desenvolvimento local é marcado pela chegada do ramal ferroviário em 1907 ligando a cidade ao Recife, servindo para escoar a produção algodoeira e também responsável pelo incremento de circulação entre as duas cidades, segundo Queiroz (2016). Seguindo esse grande crescimento até a década de 1930, o antigo centro da cidade passaria por profundas modificações lideradas pelo então prefeito Vergniaud Wanderley, resultando na construção de dois importantes exemplares que prenunciaram uma incipiente ideia de verticalização, o Grande Hotel e a antiga sede da prefeitura, atual biblioteca municipal, com cinco e três pavimentos, respectivamente.

Passado o período das reformas urbanas no centro, a tipologia do edifício vertical moderno de uso misto teria início em Campina Grande com o Edifício Rique, iniciado em 1957, tendo prosseguido com outros importantes exemplares de grande porte como o Edifício Palomo em 1962 e o Edifício Lucas em 1963, sendo este último o objeto de estudo que aqui será especificamente tratado. Interessante notar que a quase totalidade dessa produção projetual é de um mesmo arquiteto, Hugo de Azevêdo Marques, carioca radicado em Recife. É dele a autoria não apenas dos três ditos principais exemplares desse período, como também do Edifício Motta, inacabado até os dias atuais, e do Hotel Ouro Branco, além de algumas residências espalhadas pela cidade, como a Casa José Felinto.

Figura 2: Edifícios Rique, Palomo e Lucas e respectivo período de construção.



Fonte: Autor (2022); Alex Galvão (2019).

DAS INQUIETAÇÕES A UMA PROBLEMÁTICA

No contexto do trabalho de Conclusão de Curso, requisito para conclusão do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande, temos a necessidade de propor uma problemática a ser desenvolvida, seja a partir de um projeto de arquitetura/urbanístico ou de viés mais teórico e analítico. Como importante ponto de partida, é fundamental a experiência obtida nas oportunidades de iniciação científica universitária na composição e amadurecimento do repertório metodológico, de literatura e pesquisa para formação de uma base de sustentação em trabalhos de conclusão de curso, principalmente com direcionamento mais teórico/analítico.

Responsável por uma significativa produção acadêmica de ensino, pesquisa e extensão, constituindo o estado da arte nos estudos sobre a modernidade campinense, o Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar (GRUPAL/UFCG) tem elaborado estudos sobre as mais diversas tipologias da arquitetura moderna local desde 2015. Em sua amplitude, esses estudos abarcam principalmente residências, edifícios institucionais dos mais diversos órgãos públicos e as indústrias e seus complexo fabris, constituindo um importante trabalho da salvaguarda e catalogação desses bens patrimoniais.

Apesar da produção significativa, inserido no contexto das respectivas pesquisas se percebeu uma certa problemática referente a abordagem da tipologia do edifício vertical de uso misto, configurando uma incipiente abordagem de estudo e reconhecimento. Não apenas no caso local de Campina Grande, essa lacuna também é percebida em diversas cidades, seja pela abordagem mais pontual ou pela ausência de estudos que abarquem as especificidades desses objetos arquitetônicos. No âmbito específico do GRUPAL/UFCG já haviam sido realizado estudos em nível de disciplina de Teoria e História na graduação, resultando em banners com informações gerais em uma tentativa de resgate e inserção desses edifícios no contexto patrimonial local.

Em relação a outras produções acadêmicas, há ainda dois artigos. Um primeiro no âmbito da UFCG, publicado (Gomes e Melo, 2016) no 11º Seminário Docomomo Brasil, onde aborda a obra do arquiteto Hugo Marques no Centro de Campina Grande em uma primeira aproximação e análise, citando também a necessidade de estudos mais aprofundados. E um segundo artigo foi publicado (Macêdo, 2019) no 6º Seminário Ibero-Americano de arquitetura e documentação, abordando a percepção e difusão da tipologia vertical na cidade entre os anos de 1942 a 1969, constatando o protagonismo da iniciativa privada local bem como a derrocada dessa produção arquitetônica a partir dos anos 1970.

De maneira geral, essa produção do edifício vertical moderno também é colocada por Almeida (2010), destacando a autoria e o pioneirismo do Arquiteto Hugo de Azevêdo Marques na produção desses exemplares. Inseridos nesse contexto de modernidade, a construção desses edifícios representou uma destacada adição no acervo de tipologias presentes no espaço urbano campinense, tendo por isso em sua origem o surgimento de diversos embates na opinião pública contrários e a favor dessas construções, como citados por Souza (2016). Constituindo uma produção totalmente privada, muitos anúncios e propagandas divulgavam essa “nova forma de morar” ou “investir”, principalmente a partir das páginas do Jornal “O Diário da Borborema”, veículo midiático mais importante localmente na época e vetor dessas concepções para a população em geral.

É provável que a propaganda associada à construção do Edifício (Rique) tenha contribuído para um maior reconhecimento de Hugo Marques em Campina Grande. Depois da construção do Edifício Rique, o arquiteto ficou encarregado de projetar os demais edifícios de pavimentos construídos nos anos 1960 na cidade. Com relação aos clientes, eles eram de certa forma, “encorajados” a comprar o novo empreendimento também por causa de uma lista de pessoas (divulgada na reportagem) que já haviam adquirido apartamentos no edifício. (Almeida, 2010, p. 157).

Outra iniciativa local a respeito desses edifícios foi a proposta de requalificação do Edifício Motta e seu entorno, projeto do Escritório Vila Nova em 2014. Embora o estudo não tenha sido executado, ele serviu como um bom parâmetro para percepção da grande potencialidade que esses edifícios possuem, principalmente por já constituírem um potencial construtivo executado e não possível com as legislações atuais no Centro. Inacabado e com obras paralisadas desde a década de 1970, o edifício encontrava-se em avançado estágio de degradação, ainda acelerado pela falta de reboco externo, deixando os cobrimentos em alvenaria expostos as intempéries por quase cinco décadas. Tal situação só veio a ser amenizada ao final de 2021, a partir do ajuizamento de uma ação pela Procuradoria Geral do Município de Campina Grande, da qual resultou em obras de conservação do edifício.

A partir desse breve aporte, em nível de pesquisa e acadêmico, soma-se a própria experiência com o ambiente urbano de Campina Grande. Como elementos de importante destaque paisagístico, os exemplares dos Edifícios Rique, Palomo e Lucas constituem um referencial de lugar ao principal núcleo do Centro Histórico campinense, próximo a importantes espaços e vias públicas como o Calçadão da Cardoso Vieira, Praça da Bandeira, Rodoviária Velha e Avenida Floriano Peixoto. Tal fato constituiu de certa forma um primeiro paradoxo, relacionado a visibilidade dessa tipologia no âmbito patrimonial da arquitetura moderna localmente, pois mesmo com destaque histórico, visual e de usos até os dias atuais, seus estudos relacionados abrangiam uma camada mais superficial e pontual de análise, seja histórica ou projetual. Sobre seus usos, essa ideia de paradoxo é ainda reforçada pela grande gama de usos que essas edificações ainda apresentam nos dias atuais, promovendo uma significativa circulação de pessoas por suas dependências, apesar de seus percebidos problemas de conservação.

É a partir dessas observações que surge a problemática central do trabalho: “tomando como estudo de caso o Edifício Lucas (1963), em Campina Grande, quais os principais tipos de patologias construtivas incidentes em edifícios verticais de uso misto, construídos durante o período da modernidade?”, centrada na conservação como principal foco. Não apenas no caso de Campina Grande, a conservação da arquitetura moderna tem se mostrado como um dos grandes desafios contemporâneos desse campo, e toma uma proporção ainda maior na tipologia vertical, seja devido as suas dimensões, destacando de forma visível a má conservação, ou pelo grande número de pessoas que circulam por esses edifícios cotidianamente.

Assim, iniciam-se os estudos partindo da coleta documental feita no Arquivo Municipal de Campina Grande em 2021, buscando as fontes primárias como documentos e materiais de projetos (Plantas e desenhos técnicos), fundamentais nos estudos de arquitetura, como colocado por Afonso (2019). Dessa pesquisa, viu-se que o acervo referente ao material de projeto do Edifício Lucas data de dezembro de 1963, período de sua aprovação, sendo o último dos três grandes edifícios construídos internamente ao perímetro do Centro Histórico Municipal (Lei nº 3721/99). Constituindo a sua documentação temos onze pranchas de projeto mais duas páginas referentes ao documento de licenciamento, datado de 13 de dezembro de 1963. Respectivamente, as pranchas são: Pavimento de subsolo, Pavimento térreo da Cardoso Vieira, Pavimento Térreo da Marquês do Herval, Sobreloja, Andar Vazado, Pavimento Tipo, Casa do Zelador e Casa de Máquinas, Fachada da Cardoso Vieira, Fachada da Marquês do Herval, Corte AB, Corte CD. Partindo desse material projetual coletado em somatório a uma visita de campo, se faz a coleta fotográfica para apreensão do edifício de uma maneira mais perceptiva, prosseguindo o estudo a partir da metodologia de anamnese do objeto arquitetônico, proposto por Afonso (2019). Assim, se produz os materiais gráficos necessários para embasar o escopo analítico pretendido com o edifício.

Figura 3: Arquivo Municipal de Campina Grande.



Fonte: Autor (2021).

UM ARQUITETO, UMA LACUNA

Se pelo lado da tipologia é percebido o paradoxo relativo à sua visibilidade em pesquisas, outro ainda maior é estabelecido em relação ao autor dos projetos desses edifícios, específicos de Campina Grande, o arquiteto Hugo de Azevêdo Marques. Natural da cidade do Rio de Janeiro e formado pela Escola de Belas Artes, atual curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, é na cidade do Recife que sua vida profissional se destaca. Apesar disso, sua produção edificada confirmada tem grande destaque na paisagem urbana de Campina Grande, trajetória profissional essa que conforma o grande intercâmbio e influência entre ambas as cidades.

A maioria dos trabalhos acadêmicos citam o arquiteto de forma pontual, possuindo algumas informações de destaque a mais os de Afonso (2006) e Almeida (2012). O primeiro, traz a obra do arquiteto a partir da análise da Casa Rosemlitz em Recife, onde coloca certas características de “proto-modernidade”, também vistas em alguns projetos do arquiteto entre as décadas de 1940 e 1950, como os Edifícios Capibaribe (1949) e Santalice (Início da década de 1950). Outra obra do arquiteto é a Casa Navio, icônica residência que se localizava na beira-mar de Boa Viagem e pertencente ao empresário Ademar da Costa Carvalho, também deputado federal e presidente do Sport Clube do Recife durante muitas gestões.

Já Almeida (2012) traz contribuições sobre o contexto dos CAPs e IAPIs, citando a atuação do arquiteto em dois projetos vinculados ao IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes), sendo eles os Edifícios Capibaribe (1949) e Gilka (1953). Em específico a esta última edificação, a mesma configurou os prelúdios da ocupação vertical do Bairro de Boa Viagem, antes um local de veraneio com predomínio de casas unifamiliares. A autora também destaca o uso misto no programa desses edifícios, com os primeiros pavimentos destinados a comércio e serviços e os demais pavimentos destinados a moradia.

Figura 4: Casa Navio.



Fonte: facebook.com/PernambucoArcaico (2015).

Mesmo a frase “pouco se sabe sobre sua trajetória pessoal” sendo muito comum nesses trabalhos que o abordam, a partir desses breves e pontuais relatos sobre a trajetória profissional de Hugo de Azevêdo Marques uma questão fica clara, a sua experiência e repertório na produção da tipologia do edifício vertical de uso misto. Apesar de não se saber claramente como o arquiteto veio parar em Campina Grande, por sua produção arquitetônica estar muito voltada a tipologias produzidas pelo setor privado, talvez tenha sido a partir de alguém do meio empresarial com trânsito entre as duas cidades.

Figura 5: (esq. para dir.) Edifício Capibaribe (1949), Edifício Santalice (1952) e Edifício Gilka (1953).



Fonte: facebook.com/PernambucoArcaico (2015); Prédios do Recife (2023).

O OBJETO ARQUITETÔNICO E SEU CONTEXTO: O EDIFÍCIO LUCAS

Construído entre os anos de 1963 e 1967, o Edifício Lucas foi uma iniciativa da J Lucas Negócios Imobiliários LTDA, de propriedade do comerciante José Lucas da Silva, sendo incorporado e edificado a partir do sistema de venda de cotas. Com um total de 238 cotas vendidas para 157 proprietários diferentes, podemos ter uma primeira noção das grandes dimensões envolvidas no projeto. Em análise do carimbo técnico de suas pranchas de projeto nos é revelado uma área total de construção com 6.249,04 m², possuindo um índice de aproveitamento de quase seis vezes a área de seu terreno.

Localizado no bairro do Centro, localiza-se juntamente com os Edifícios Rique e Palomo, interno ao perímetro do Centro Histórico Municipal (Lei nº 3721/99), destacado por seu importante acervo art-decô e por ter sido uma área bastante modificada nas reformas urbanas do prefeito Vergniaud Wanderley nos anos 1930. Construído no lugar de um armazém/empório comercial que atendia feirantes vindos do interior, o edifício ainda manteve de certa forma a origem e vocação comercial do lugar após sua construção, a partir de sua base. Conformado em um terreno de pouco mais de mil metros quadrados, a inserção da edificação enfrentou um significativo desafio, onde precisou compreender um extenso programa de projeto sob um significativo desnível topográfico.

Em sua resolução, o arquiteto Hugo Marques dispôs dois pavimentos comerciais, sendo um no nível mais abaixo voltado para a Rua Cardoso Vieira (mais tarde transformada em calçada homônimo) e outro no nível logo acima, voltado para a Rua Marquês do Herval. Constituinte um dos mais destacados atributos projetuais dessa tipologia, as galerias comerciais das bases nesses edifícios se fazem como uma característica positiva para o meio urbano, configurando uma interface que “conversa com a cidade”, como colocado por Santos (2014).

Das experiências primeiras, nas quais os postulados do racionalismo funcionalista nos moldes da Carta de Atenas, tal como MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública, Pampulha entre outros, haviam sido postos em prática em situações bastante favoráveis no tocante ao sítio, tratava-se agora de produzir espaços em diálogo com a cidade tradicional... No entanto, os arquitetos produtores de arquitetura moderna na cidade, ligados às discussões internacionais, produziam experiências uma após outra, que ao mesmo tempo em que punham em prática todo esse rol de características favoráveis ao empreendedor privado, produziam também uma arquitetura que mais e mais se preocupava em estabelecer boas relações espaciais com a cidade. (Santos, 2014, p. 177-178).

Não apenas no Edifício Lucas, muito menos em seus “edifícios irmãos” em Campina Grande aqui citados, essa produção edificada apresentou em um significativo nível o alinhamento entre algum nível de qualidade projetual e os interesses do mercado imobiliário, tendo como um de seus reflexos esse diálogo com o tecido antigo da cidade. Não livre dos interesses econômicos, essa boa relação também seria responsável por aumentar o fluxo de pessoas e consequentemente valorizar os pontos comerciais do empreendimento. Loes (2019), citando os exemplos do Conjunto Nacional, Edifício Copan, Edifício Itália dentre outros, chama a atenção para esse modo de produzir nas atividades imobiliárias do setor privado, com período áureo entre as décadas de 1950 e 1960.

Como anteriormente foi citado, esses valores irradiavam das grandes metrópoles nacionais até os centros menores, que ainda dispunham de entes particulares locais com capital suficiente para o desenvolvimento desses edifícios. Poderíamos citar essas características projetuais à luz das durações históricas, proposta por Waisman (2013), onde se subdivide em curtas, médias e longas durações. A partir dessa visão global obtida do contexto de inserção do Edifício Lucas, sua conformação sobre o antigo terreno é uma “média duração” histórica, da qual resiste a conjuntura local e suas modificações e características persistentes, uma inércia as mudanças ao longo do tempo. A autora coloca, “em conclusão, poderiam ser considerados como atributos de longa duração, em nossos países, o traçado urbano, a vocação urbana e o sentido vital da rua” (Waisman, 2013, p. 82), reforçando a importância da consideração dessas interfaces em projeto.

De fato, a curta duração, história episódica que compreende biografias e acontecimentos, poderia ser comparada à duração de obras e projetos; a média duração, história conjuntural com ciclos de dez a cinquenta anos, corresponderia à produção de um arquiteto e, para alguns períodos, o desenvolvimento de estilos ou fases de estilos; por último, a longa duração, que Braudel chama história estrutural, corresponderia à história urbana. (Waisman, 2013, p. 71).

Figura 6: Edifício Lucas.



Fonte: Autor (2022).

Formalmente, é interessante observar como o edifício Lucas foi concebido de maneira mais arrojada, com duas lâminas em seu pavimento tipo interligadas por um bloco posterior de circulação vertical, gerando um grande átrio central, voltado a orientação oeste, diminuindo a área de fachada exposta ao poente. Talvez por ser o último desses edifícios projetados na cidade, Hugo Marques e seu repertório formal acumulado possibilitaram essa conformação especial, diferindo de sobremaneira do Rique e do Palomo nesse quesito.

Com dois volumes principais, a base comercial e a torre principal, o Edifício Lucas possui um total de dezenove pavimentos contando a partir do subsolo, sendo desses doze pavimentos tipo, cada qual constituído por quinze unidades tipo. Todas essas unidades são voltadas para os corredores de circulação, que por sua vez liga ao hall interno ao bloco de circulação vertical, onde estão os dois elevadores e a escada, possuindo ainda um shaft elétrico e o depósito de lixo.

Nesse processo, também foi interessante perceber as modificações feitas entre o projeto aprovado na prefeitura, das plantas encontradas no arquivo municipal, e o observado in loco durante a visita onde já se destaca externamente a adição de dois pavimentos tipo a mais, passando de dez para doze níveis. Internamente, temos outra diferença referente ao chamado andar vazado, pavimento conector entre a base comercial e a torre principal, originalmente pensado como uma espécie de praça aberta sob pilotis para contemplação e lazer, mas que acabou por ser ocupada por mais um pavimento com salas comerciais.

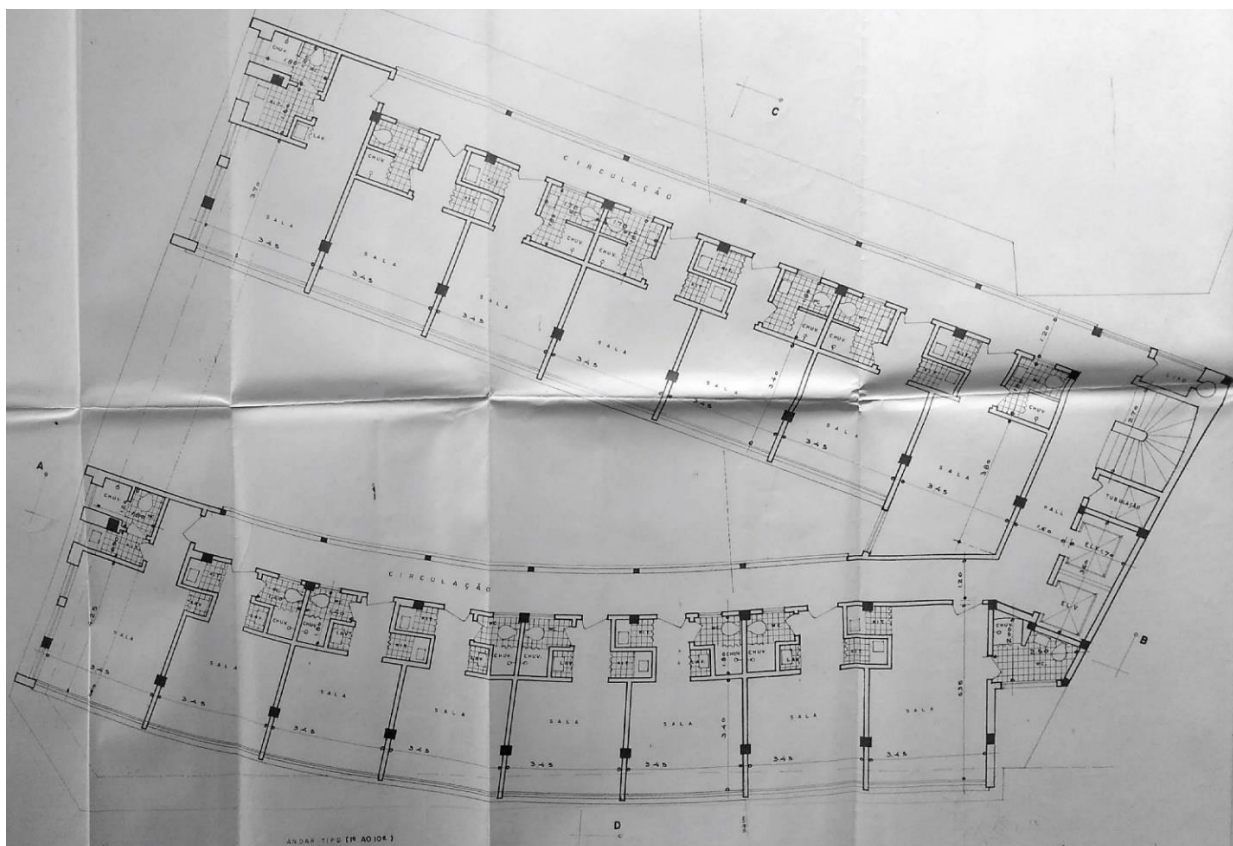
Figura 7: Edifício Lucas (esq.) e Edifício Rique (dir.) e o contexto urbano local.



Fonte: Autor (2022).

Essa concepção original do andar vazado é de certa forma curiosa, pois se vê como uma espécie de “transplante” de um dos mais destacados atributos da arquitetura moderna, o térreo sob pilotis. Na impossibilidade da inserção dessa configuração espacial no térreo, eleva-se essa sua colocação num pavimento superior na qual acaba também servindo como marco divisor entre os volumes principais. Outro ponto interessante de projeto é referente a modulação estrutural indicada, colocada em módulos de aproximadamente 4,00 m x 3,65 m e suas extremidades laterais em balanço de aproximadamente 1,35 m. Outro fato curioso é a inserção de uma unidade tipo a mais na lâmina curva, possibilitada justamente pelo raio de curvatura adotado, solução que abarcou características de seu sítio físico para proposição de um aumento na sua área construída.

Figura 8: Planta do Pavimento Tipo do Edifício Lucas.



Fonte: Arquivo Municipal de Campina Grande (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da abordagem de um exemplar, o presente artigo é uma tentativa de chamar atenção para uma tipologia constituinte de significativa parte do acervo construído dos centros urbanos. Não apenas de maneira analítica do objeto em si, as fases de estudo e o reconhecimento de suas possibilidades e reflexões nos revela uma miríade de edifícios e seus respectivos arquitetos. Ainda presente nos usos cotidianos, a maioria desses objetos foram produzidos no contexto privado, bem como seus arquitetos, a exemplo de Hugo de Azevêdo Marques, produziram predominantemente para o mercado imobiliário. Em que pese a quase dissolução do alinhamento entre a qualidade do projeto arquitetônico e os interesses dos atores produtores desse mercado nas décadas posteriores a 1970, muito desses edifícios nos provam que nem sempre foi assim, como pudemos ver no Edifício Lucas.

Diniz (2011) coloca que “a grande massa de nossas cidades é feita de edifícios modernos. Embora a maioria deles não possa ser considerada obra de arte, eles constituem um grande estoque construído que detém, e continuará detendo, um papel importante no dia a dia de nossas sociedades.” Assim, se mostra como essencial os estudos que preencham essa lacuna de análise a partir desse acervo edificado, trazendo novas possibilidades de ressignificar esses objetos arquitetônicos no contexto contemporâneo, resgatando seus aspectos positivos de projeto.

Com um duplo paradoxo, com relação a visibilidade da tipologia sobre seu autor, o Edifício Lucas nos permite trazer à luz das discussões patrimoniais a importância desses edifícios na reestruturação dos centros urbanos na atualidade, partindo do potencial de suas qualidades projetuais. Em sua maior problemática atual, o estado de conservação requer não apenas cuidados, mas também uma necessidade adaptação das legislações de segurança, na busca de viabilizar intervenções e atualizações dessas edificações. Por último, se observa ainda a necessidade de estudos mais aprofundados sobre os outros exemplares em Campina Grande, de modo a formar uma visão do contexto dessa tipologia localmente.

Figura 9: Vista da fachada posterior do Edifício Lucas.



Fonte: Autor (2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Alcilia. A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma Escola. *Arquitextos*, São Paulo, ano, v. 9, 2008.

_____. *La Consolidación de la arquitectura moderna en Recife en los años 50*. Universitat Politècnica de Catalunya, 2006.

_____. *Modernidade arquitetônica tropical: patrimônio arquitetônico moderno recifense e sua influência no Nordeste brasileiro*. 1 ed. Camaragibe, PE: Ed. da autora, 2022.

_____. Notas sobre métodos para a pesquisa arquitetônica patrimonial. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, v. 4, p. 54-70, 2019.

ALMEIDA, Adriana. *Modernização e Modernidade: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970)*. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação – Universidade de São Paulo Campus São Carlos.

ALMEIDA, Caliane. *Habitação social no Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964)*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª edição, 2001.

DUPRÉ, Judith. *Skyscrapers: A History of the World's Most Extraordinary Buildings*, black & Dog Leventhal Publishers. Inc., New York, 2013.

LORES, Raul. *São Paulo nas Alturas*. 1º Edição, São Paulo: Editora Três Estrelas, 2018.

MACÊDO, Jéssica. Percepções ao crescimento vertical: difusão e recepção na cidade de Campina Grande, PB (1942-1969). In: **6º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação**, 2019, Belo Horizonte. Anais do 6º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, 2019.

MEIRA, Roberta. A obra de Hugo Marques no centro histórico de Campina Grande, PB. 1957-1963. **XI SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL**. Recife: Docomomo Brasil. UFPE, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Criação de zona especial de preservação I** (Lei Municipal N° 3721/99), 1999.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Marcos. **Uma Galeria para a Metrópole - O Edifício Multiuso e a reestruturação do Centro-Novo (1933-1964)**. 2014. Tese de Doutorado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.

SOMEKH, Nadia. A (des) verticalização de São Paulo e o plano diretor da cidade. **PosFAUUSP**, v. 1, n. 2, p. 77-84, 1992.

SOUZA, Danilo Rodrigues et al. **O ideário de industrialização e desenvolvimentismo nas representações do Diário da Borborema (1957-1979)**. Campina Grande, 2016. Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

WAISMAN, Marina. **O interior da História: Historiografia Arquitetônica para uso de Latino-Americanos**. São Paulo: Escala, 2013.